

Comunicação Comunitária, formação de jornalistas e cidadania: reflexões iniciais a partir de artigos na Intercom¹

Cláudia Regina Lahni²
Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo:

O artigo apresenta reflexões sobre o direito à comunicação e o ensino de Comunicação Comunitária. Isso, a partir de revisão bibliográfica, tendo como fontes a Revista Brasileira de Ciências da Comunicação e os encontros do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação). O levantamento foi feito nos anos 2009, 2010, 2011 e 2012 e é parte da primeira etapa da pesquisa “Comunicação Comunitária, formação de jornalistas e cidadania”, em que se estuda a disciplina Comunicação Comunitária na graduação, considerando sua importância na formação de jornalistas e na contribuição para o exercício do direito à comunicação, em especial das minorias sociais. A pesquisa quer somar aos debates sobre ensino de jornalismo, no momento em que se apresentam as novas diretrizes curriculares do curso.

Palavras-chave: Comunicação Comunitária; Direito à Comunicação; Ensino de Jornalismo; Currículo de Jornalismo; Cidadania.

Introdução

O 11 de julho de 2013 foi chamado, por centrais sindicais, no Brasil, como dia de manifestações e greve geral – parcialmente aderida por trabalhadoras e trabalhadores –, sendo o debate sobre a democratização da comunicação pauta conjunta desde o início da convocação. A pauta ia ao encontro da Campanha para Expressar a Liberdade, lançada em agosto de 2012, pelo FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação) e outras entidades, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, União Brasileira de Mulheres, Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, Associação Brasileira de Imprensa e Central Única dos Trabalhadores.

A Campanha estimula o debate sobre a democratização da comunicação e busca assinaturas para um projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica, na defesa da “promoção e garantia dos direitos de liberdade de expressão e opinião, de acesso à informação e do direito à comunicação” – conforme expõe³ – e pela pluralidade

¹ Trabalho apresentado ao GP Comunicação para a Cidadania, no XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Faz pós-doutorado em 2013, em Comunicação, na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro); doutora e mestra pela ECA-USP, professora associada da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora). Foi coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Intercom; é vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Comunicação e Feminismo (CNPq – Faced-UFJF) – lahni.cr@gmail.com

³ Disponível em www.paraexpressaraliberdade.org.br – acesso em 08/06/2013.

de ideias e diversidade. Reivindica-se, assim, o estabelecimento de um novo Marco Regulatório da Comunicação para o Brasil. O Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica, entre outros, em seu capítulo 2, artigo 4, prevê estabelecer que

A comunicação social eletrônica reger-se-á pelos seguintes princípios e objetivos: [...] promoção da diversidade regional, étnico racial, de gênero, orientação sexual, classe social, etária, religiosa e de crença [...] e o enfrentamento a abordagens discriminatórias e preconceituosas em relação a quaisquer desses atributos, em especial o racismo, o machismo e a homofobia. (PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR da Comunicação Social Eletrônica, em www.paraexpressaraliberdade.org.br)

O que se percebe do trecho do Projeto de Lei e do trabalho da Campanha é a busca pela efetivação do exercício do direito à comunicação, em especial para as minorias sociais.

No presente artigo, apresentamos reflexões sobre o direito à comunicação e o ensino de Comunicação Comunitária. Isso, a partir de revisão bibliográfica, tendo como fontes a Revista Brasileira de Ciências da Comunicação e os encontros do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação). Entendemos que a disciplina Comunicação Comunitária, na graduação, tem fundamental importância na formação de jornalistas e na contribuição para o exercício do direito à comunicação, principalmente das minorias. O artigo apresenta parte da primeira etapa da pesquisa “Comunicação Comunitária, formação de jornalistas e cidadania”, realizada no âmbito de pós-doutoramento desta autora. A pesquisa quer somar aos debates sobre ensino de jornalismo, no momento em que se apresentam as novas diretrizes curriculares do curso.

Direito à comunicação e cidadania

A informação é um direito imprescindível para a vida em sociedade. Tanto que a Constituição Brasileira, em seu artigo 5º, estabelece que “é assegurado a todos o acesso à informação” (Constituição, 1988). Como instituições que lidam diariamente com este bem público, os jornais e os jornalistas, profissionais que trabalham com a informação, têm o dever de apresentar a informação, necessária para a tomada de decisões das pessoas, de forma responsável, isenta e ética (Marques de Melo, 1985).

Entre outras ações e posturas importantes e necessárias, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, de 2007, prevê que “é dever do jornalista: [...] II. divulgar os fatos e as informações de interesse público” (apud Tófoli, 2008, p.12). Assim, aquilo que é parte da

prática cotidiana e das reflexões acerca de tarefas da profissão, também está estabelecido pelo Código de Ética dos Jornalistas. Não é para menos. Afinal, a informação é um direito porta para o acesso a outros direitos.

Para além do direito à informação, garantido pela Lei Magna do País, a comunicação é central na sociedade contemporânea. Tal centralidade inclusive se firma com o reconhecimento do direito à comunicação, entendido como a garantia de receber e de emitir informações e opiniões que são importantes para a pessoa e seu grupo de pertencimento.

Conforme Ramos, o debate sobre a importância da comunicação para o fortalecimento da democracia se consolida especialmente entre os anos 60 e 70 do século XX. Tal discussão tem seu momento alto em 1980, com o lançamento, pela Unesco, do Relatório MacBride, “até hoje o mais completo relato já produzido sobre a importância da comunicação na contemporaneidade” (RAMOS, 2005, p. 246, 247). De acordo com o autor, “para o pensamento neoliberal que então começava seu período de hegemonia, era absurdo se pensar a comunicação na ótica de políticas nacionais. Mais absurdo ainda era pensar a comunicação como um direito mais amplo do que o consagrado, mas restritivo, direito à informação”.

Em trabalho no qual apresenta estudo de material produzido pelos integrantes (e assessores técnicos) da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, instalada no âmbito da Unesco em 1977, sob a coordenação de Sean Mac Bride, Sonia Virgínia MOREIRA (2010, p. 18, 19) aponta que “mais de três décadas depois é possível constatar que permanecem atuais muitos dos textos produzidos no período em que as relações entre países estavam ainda polarizadas pela Guerra Fria, com os Estados Unidos e a União Soviética influenciando o desempenho das nações”.

Conforme a autora, em termos mundiais existe um banco de dados essencial para compreender os diversos contextos em que se enfrentaram os blocos distintos de países no âmbito das Nações Unidas. “Há mais de 60 anos a Unesco resume os principais debates travados no contexto da Comunicação Internacional. Os Meios de Comunicação constavam da agenda da organização já nas Conferências Internacionais de 1948, em Beirute”, conta. Tal debate tem especial destaque, no final da década de 1970 e início dos 80, com a publicação do Relatório Mac Bride.

Para Ramos (2005, p. 247), neste final de década e início de século, com as novas tecnologias e a internet, é “imperativo retomar o debate sobre o direito à comunicação

enquanto um novo direito humano fundamental”. O autor lembra a formação de direitos e salienta que a informação faz parte da primeira geração dos direitos humanos; já o direito à comunicação é um direito social de quarta geração, fundamental na atualidade.

Tais reflexões também aparecem (anteriormente e de outra forma) em obras de autores que muitas vezes são base para as Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Norberto BOBBIO (1992, p. 24) defende a importância da comunicação para a cidadania. Ele escreve que “a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais”. O autor também pondera que ainda há muito a fazer pela garantia e respeito aos direitos humanos: “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de *justificá-los*, mas o de *protegê-los*. Trata-se de um problema não filosófico, mas político”. Entendemos que dessa forma se encontram os direitos à informação e à comunicação.

Bobbio (1992, p. 128) avalia que haverá paz estável somente quando existirem cidadãos não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo. Neste sentido, o filósofo político italiano lembra o preâmbulo do Estatuto das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos para afirmar que as pessoas, tornando-se sujeitas do direito internacional, “adquiriram uma nova cidadania, a cidadania mundial”.

O jurista brasileiro Dalmo de Abreu Dallari (2002, p. 69, 70) ressalta a importância da organização da sociedade para manutenção, respeito e ampliação de direitos. Ele avalia que é necessário informar a pessoa sobre os seus direitos e conscientizá-la da importância de se garantir o respeito aos mesmos. Segundo o jurista, “a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo do seu povo” (DALLARI, 2002, p. 14).

Para Maria de Lourdes MANZINI-COVRE (1995, p.11), “cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno”. Entretanto, “trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência”, incluindo o que, para ela, é o mais abrangente, o papel das pessoas no universo. A cientista social considera a informação sobre direitos fundamental para o exercício da cidadania.

Essa importância da informação e da comunicação para a cidadania motiva teoria e ações reivindicativas. PERUZZO (2004, p. 54, 55) aponta que “aos poucos vem sendo agregada a noção de acesso aos mesmos [meios de comunicação popular/comunitária] como um direito de cidadania” e o crescimento em favor do direito à comunicação. A

autora ressalta o trabalho da Campanha Cris (Communication Rights in the Information Society) – Direito à Comunicação na Sociedade Informacional. Trata-se de um movimento que tem à frente organizações não governamentais da comunicação e dos direitos humanos, “com a finalidade de discutir a democratização das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e promover um fórum mundial alternativo à CMSI (Cumbre Mundial de La Sociedad de La Información), cúpula convocada pela ONU (Organização das Nações Unidas)”.

No Brasil, tivemos a organização da Cris – seção nacional. Como essa, outros grupos (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, Centro de Mídia Independente, Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social), com constituição mais antiga, atuam pela democratização da comunicação. Essas entidades e outras do movimento social popular (como sindicatos de trabalhadores, grupos feministas e associações diversas) conquistaram, junto ao governo federal, a realização, em 2009, da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, precedida de conferências municipais e estaduais, que debateram a comunicação no Brasil e definiram diretrizes para a mesma, em busca de sua democratização.

A participação dos movimentos sociais populares certamente decorre do entendimento sobre a importância da comunicação para a cidadania. Ao refletir sobre isso, BARBALHO (2005, p. 37) escreve que “a cidadania, para as minorias, começa, antes de tudo, com o acesso democrático aos meios de comunicação”.

Ensino de Jornalismo

Pensando na centralidade da comunicação e em sua importância para o exercício da cidadania, consideramos que os cursos de graduação em jornalismo têm um papel fundamental na formação de profissionais que atuem de maneira a contribuir para a democratização da comunicação e esta em favor de uma sociedade mais justa. Sabemos, entretanto, que, no Brasil, a concentração dos meios de comunicação de massa, com a existência de oligopólios de comunicação e a prevalência da liberdade de empresa (não de imprensa) acabam influenciando cursos, que direcionam a formação do profissional para este mercado de trabalho. Dessa forma, avaliamos que o debate sobre tal situação, nos cursos de jornalismo, se dá especialmente na disciplina de Comunicação Comunitária.

Essa disciplina compõe o currículo de alguns cursos de Comunicação Social no Brasil, como disciplina regular ou como oferta optativa, conforme Miani (2010). Entretanto, concordamos com o autor que

Não é prerrogativa exclusiva da disciplina de Comunicação Comunitária proporcionar aos estudantes da área uma reflexão crítica e emancipadora em relação ao campo da Comunicação, muito menos em relação à própria sociedade.

Porém, o que se observa, é que a perspectiva hegemônica nos processos de formação acadêmica brasileira conduz à universalização da concepção de Universidade como formadora de mão-de-obra especializada, com vistas à inserção subordinada do respectivo profissional aos interesses do Mercado e, portanto, o que se constata é que tal formação está fundamentalmente direcionada para uma perspectiva profissionalizante.

Nesse sentido, consideramos que as possibilidades de romper com essa “funcionalidade” da Universidade para com os interesses da lógica do capitalismo reinante passam pela sensibilidade e compromisso social e político dos próprios educadores e pela potencialidade dos seus espaços de atuação acadêmica junto aos estudantes, seja no âmbito do ensino, da pesquisa ou da extensão. (MIANI, 2010, p. 1, 2).

Em abril de 1999, a PUC-Campinas sediou o Seminário de Diretrizes Curriculares do Ensino de Jornalismo, evento que debateu propostas do MEC e de entidades ligadas à comunicação para o ensino de Jornalismo (Lahni, 2000). Essas propostas foram base para as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Comunicação, aprovadas em 2001 pelo Conselho Nacional de Educação, que substituiu a resolução 2/84 do MEC, a qual estabelecia um currículo mínimo para os cursos de jornalismo (comunicação em suas habilitações).

A partir de pesquisa sobre como estão estruturados os cursos de comunicação social com habilitação em jornalismo no Brasil (iniciada com base em doutoramento defendido em 2010 e que visitou 375 sites de Instituições do Ensino Superior, com curso de jornalismo), Bernardo e Leão (2012, p. 271, 272) apresentaram um retrato nacional da estrutura curricular dos cursos de jornalismo que, em sua configuração, tem as seguintes disciplinas: Filosofia; Sociologia da Comunicação; Antropologia Cultural; Psicologia da Comunicação; Economia Geral; Realidade Socioeconômica/Político; Estética, Comunicação e Cultura; Legislação e Ética; Língua Portuguesa e Laboratório de Texto; Teoria da Comunicação; Introdução ao Jornalismo; História da Comunicação; Metodologia Científica e de Comunicação; Fotografia e Fotojornalismo; Planejamento Gráfico; Técnicas de Reportagem e Entrevista; Assessoria de Comunicação; Jornalismo Impresso; Redação Jornalística; Radiojornalismo; Telejornalismo; Jornalismo *On Line*; Projeto Experimental; Duas ou mais Especializações; Administração em Jornalismo/Comunicação; Cinema; Seminários em Comunicação/Tópicos Especiais.

Elas apontam que “a estrutura curricular nacional aproxima-se muito do currículo ministrado na região Sudeste do país, até por esta região apresentar o maior número de habilitações em Jornalismo do Brasil” – o que motiva ainda mais pesquisas no sudeste sobre os cursos.

Como podemos notar, não aparece na referida estrutura a disciplina Comunicação Comunitária. Não sabemos se esta chegou a ser mencionada como parte do item “duas ou mais especializações”. De qualquer forma, não nos parece ter sido apresentada de maneira a fazer com que as pesquisadoras citassem a disciplina.

Em 2009, a partir da portaria 203, foi constituída uma Comissão de Especialistas em Jornalismo⁴, pela Secretaria de Educação Superior (Sesu), para subsidiar o MEC no trabalho de revisão das diretrizes para os cursos. Após audiências públicas ocorridas em diversas localidades do País e consulta pela internet, no dia 18 de setembro de 2009, em audiência em Brasília, foi acolhido pelo MEC o relatório final dos trabalhos realizados pela Comissão de Especialistas em Ensino de Jornalismo e encaminhado para a determinação das novas diretrizes curriculares para o Curso de Jornalismo.

A partir do documento da Comissão, dentre as competências gerais esperadas do profissional em jornalismo, destacamos: “Compreender e valorizar como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o pluralismo de ideias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável”. Dentre as competências específicas esperadas do profissional em jornalismo, destacamos: “Conhecer a construção histórica e os fundamentos da Cidadania; Compreender e valorizar o papel do jornalismo na democracia e no exercício da cidadania; Compreender as especificidades éticas, técnicas e estéticas do jornalismo”. Notamos que são questões relacionadas à Comunicação para a Cidadania e a especificidades da Comunicação Comunitária, como mencionado por Miani.

Em setembro de 2012, a revista *Jornalismo & Cultura*, da Editora Minuano, chegou às bancas, com seu número de estreia. Entre outros, o artigo “Ensino de jornalismo em época de mudança”, de J.S. Faro, nos dá conta que também para as publicações de mercado (ainda que direcionadas) o debate sobre o ensino está em foco e é, sem dúvida, necessário.

⁴ A Comissão de Especialistas em Jornalismo, constituída pela Portaria no 203/2009, foi formada por: José Marques de Melo, presidente; Alfredo Eurico Vizeu Pereira Junior (Universidade Federal de Pernambuco), Eduardo Barreto Vianna Meditsch (Universidade Federal de Santa Catarina), Lucia Maria Araújo (Canal Futura), Luiz Gonzaga Motta (Universidade de Brasília), Manuel Carlos da Conceição Chaparro (Universidade de São Paulo), Sergio Augusto Soares Mattos (Universidade Federal do Recôncavo Baiano), Sonia Virgínia Moreira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Assim, na busca por refletir pelas questões aqui colocadas, pretende-se saber como o ensino de comunicação e ou jornalismo comunitário contribui para formação (integral e ética) do jornalista profissional. Como a comunicação comunitária está organizada em currículos e em práticas cotidianas no ensino de jornalismo no Brasil?⁵

A pesquisa em andamento

Em busca de respostas a essas questões fundadoras, pretende-se desenvolver procedimentos a partir de três etapas. Na primeira delas (apresentamos neste artigo parte da mesma), realiza-se uma revisão bibliográfica com a abordagem dos temas ensino de jornalismo, ensino de comunicação comunitária, formação universitária, currículo, currículo oculto e parâmetros curriculares para o ensino de jornalismo. Tal pesquisa, na totalidade, será feita em obras da área de educação, em obras da área de comunicação, em documentos oficiais, na Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, na Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (da Intercom) e na E-Compós (revista da Compós), tendo 2009 como ano base (a busca nessas publicações está concentrada em 2009, 2010, 2011 e 2012). Esse ano foi definido, pois em 2009 foi realizada a 1ª. Conferência Nacional de Comunicação; em 2009 foi decretado o fim da obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão (o retorno da obrigatoriedade do diploma é debatido especialmente a partir de 2012, no Congresso Nacional); e, em 2009, o governo convocou uma comissão de especialistas da área para discutir o currículo de jornalismo, a qual elaborou as novas diretrizes curriculares para o curso de Jornalismo (até o término deste artigo o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, ainda não havia homologado o parecer 39/2013 do CNE sobre a proposta feita pela Comissão de Especialistas presidida pelo professor José Marques de Melo – conforme <http://www.jsfaro.net/p/ensino-de-comunicacao.html> - acesso em 11 de junho de 2013).

Na segunda etapa de ações deste projeto de pesquisa, será organizado um panorama nacional do ensino de comunicação comunitária nos cursos de jornalismo no Brasil. Para isso, serão visitados sites de cursos e faculdades, em busca dos currículos da graduação em jornalismo. Como amostra, será pesquisada uma universidade pública – federal ou estadual – com curso de jornalismo, em cada estado do país.

⁵ Desde já também apresentamos nossa preocupação com comunicação e relações de gênero. Entendemos que a pesquisa de campo, aqui pretendida, pode nos dar subsídios para a análise dos currículos e práticas cotidianas sobre este tema, o que pretendemos fazer a partir de março de 2014, terminado o pós-doutorado desta pesquisadora e como continuidade do mesmo.

Na terceira etapa de ações da pesquisa, serão feitas entrevistas com docentes de comunicação comunitária (ou disciplina similar), coordenadores/as de curso e estudantes (em número ainda a ser determinado, em função da acolhida ou não da instituição em relação à pesquisa e a partir das possibilidades de aproximação da pesquisadora para o trabalho). Com as entrevistas, objetiva-se conhecer os cursos, as disciplinas focadas no conteúdo de comunicação comunitária e a importância dessas para o curso, para a formação de estudantes e para a comunidade. Essa etapa de pesquisa será realizada em uma amostra de seis instituições (três públicas e três particulares), as quais são geograficamente mais acessíveis e estão dentro de um universo de instituições reconhecidamente representativas e legítimas para esse fim. São elas: UFJF – instituição de trabalho desta pesquisadora; UERJ – instituição em que se realiza este pós-doutoramento; Universidade Metodista de São Paulo – instituição que abriga o Comuni (grupo de pesquisa nacional de comunicação comunitária); Faculdade Cásper Líbero – instituição que abriga o curso de jornalismo mais antigo do país; ECA-USP – universidade considerada a mais importante da América Latina; e PUC - São Paulo – instituição confessional com histórico de trabalho comunitário. Pretende-se, nesta etapa, descrever e refletir sobre o trabalho desenvolvido em Comunicação Comunitária, desde 2005, na Universidade Federal de Juiz de Fora, por esta pesquisadora.

Comunitária na RBCC e no Comunicação para a Cidadania

Neste trabalho refletimos sobre direito à comunicação e apresentamos pesquisa em andamento sobre o ensino de Comunicação Comunitária. Relatamos agora e comentamos dados iniciais da revisão bibliográfica. Trata-se de uma parte da primeira etapa da investigação, que inclui verificar artigos sobre os temas ensino de jornalismo, ensino de comunicação comunitária, formação universitária, currículo, currículo oculto e parâmetros curriculares para o ensino de jornalismo, na Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, na Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) e na E-Compós (revista da Compós – Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação). Apresentamos a seguir os resultados da busca na Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (RBCC).

A RBCC é uma publicação semestral, impressa e online, que, em julho de 2013, tem editado seu volume 36, número 1. No período definido para averiguação (quatro anos), portanto, buscamos artigos, dentro dos objetivos da pesquisa, em oito edições da RBCC.

Encontramos, a princípio – em sistema de busca em site da revista⁶ e principalmente lendo sumários, palavras-chave e resumos –, três textos que se encaixaram em nossas definições.

“Ensino de rádio: uma proposta pedagógica no contexto da multiplicidade da oferta”, de Luiz Artur Ferraretto, foi publicado em 2009, no número 2 do volume 32. No artigo, FERRARETTO (2009) reflete sobre o ensino de rádio de forma ampla, inter e transdisciplinar. Indica o ensino específico de rádio comunitária e de educativa, nos cursos de graduação em rádio. E faz crítica ao ensino voltado (quase exclusivamente) para o mercado. “Até que ponto o ensino de rádio reflete ou deve refletir o mercado de trabalho? De que mercado, afinal, se trata em sala de aula [...]?” questiona o autor (2009, p. 130) que cita Cicilia Peruzzo para ressaltar a importância do ensino voltado para a atuação em emissoras comunitárias. O artigo não apresenta ensino de jornalismo ou comunicação comunitária em suas palavras-chave. Tão pouco explana sobre a disciplina comunicação comunitária. Mas, como mencionado, salienta a existência das emissoras comunitárias e do ensino na graduação voltado para a atuação nelas.

“Para que servem os cursos de Jornalismo?”, de Andréa Aparecida da Luz, foi publicado em 2010, no número 2 do volume 33 da RBCC. Trata-se de uma resenha (Luz, 2010) do livro *A escola de jornalismo: a opinião pública*, de Joseph Pulitzer, com tradução de Jorge Meditsch e Eduardo Meditsch, publicado em 2009, pela Editora Insular. Escrito em 1904, conforme a autora da resenha, o livro é uma defesa da criação da Escola de Jornalismo na Universidade Columbia. No pequeno espaço da resenha, Luz também defende a existência das escolas de jornalismo.

“Análise das matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Brasil: um retrato da realidade nacional”, de Cristiane Hengler Corrêa Bernardo e Inara Barbosa Leão, foi publicado em 2012, no número 1 do volume 35 da RBCC. A pesquisa (de forma independente) foi feita no contexto da tese de doutoramento de uma das autoras – Cristiane Bernardo – em Educação, na UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), em 2010. O artigo apresenta as matrizes curriculares de todos os cursos de Comunicação Social – Jornalismo – do Brasil, como objeto da investigação, e realiza um diagnóstico para consolidar um desenho da estrutura nacional, segundo Bernardo e Leão (2012). Como já citado, neste trabalho, o retrato nacional não inclui a disciplina comunicação comunitária.

⁶ <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/index> - acesso em 8, 9, 10 e 11/07/2013.

Nas edições número 2 do volume 35, de 2012, números 1 e 2 do volume 34, de 2011, número 1 do volume 33, de 2010, e número 1 do volume 32, de 2009, não foi encontrado nenhum artigo que estivesse nas definições para os objetivos desta pesquisa. Embora também fora das definições desta pesquisa, vimos e agora comentamos o artigo “Temáticas predominantes na *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*”, de Roseméri Laurindo e Ticiane Elisa Mafra (2012). O artigo apresenta um estudo de temas presentes em todos os exemplares da RBCC, que nasceu em 1978 e é o mais antigo periódico científico, em vigor, dedicado aos estudos comunicacionais (Laurindo e Mafra, 2012). As autoras também mostram um *ranking* de temas da revista *Comunicação & Sociedade* (C&S), da Universidade Metodista de São Paulo, a segunda mais antiga da área, que continua sendo publicada.

Conforme LAURINDO e MAFRA (2012, p. 406), Comunicação é a palavra de maior incidência nas duas revistas; a segunda é Jornalismo (RBCC) e Televisão (C&S); a terceira é Brasil (RBCC) e Jornalismo (C&S); a quarta é Televisão (RBCC) e Brasil (C&S); a quinta é Mídia (RBCC) e Publicidade (C&S); a sexta é Cultura (RBCC) e Rádio (C&S); a sétima é Publicidade (RBCC) e ABC (C&S); a oitava é (empatadas) Internet e Recepção (RBCC) e Educação (C&S); a nona é Imprensa (RBCC) e América Latina (C&S); a décima é (empatadas) Consumo e Linguagem (RBCC) e Mídia (C&S). Em que se pese que, conforme o procedimento adotado pelas autoras, não foram consideradas palavras duplas (como Jornalismo Popular) contando-se apenas a primeira, destacamos não se encontrar Cidadania entre os temas de maior incidência nas duas revistas e não se encontrar Comunidade na revista da Metodista de São Paulo, Universidade sede do Comuni, um dos principais grupos de estudos de Comunicação Comunitária do País.

Embora não previsto no projeto, para este trabalho, verificamos a existência de artigos sobre os temas da pesquisa em andamento, nos anos de 2009 a 2012, no Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania (Intercom). Encontra quatro artigos, um em cada ano.

“Mediações sociotécnicas: propostas de incentivo à pesquisa acadêmica em prol da cidadania”, de autoria de Filomena M. A. Bomfim e Káthia M. Leal, foi apresentado em 2009, no Congresso Nacional da Intercom em Curitiba. Com as palavras-chave Alteridade, Cidadania, Identidade, Inclusão/Exclusão Social, Técnica, o artigo apresenta reflexões sobre os temas, que culminam em uma proposta de disciplina para cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Bomfim e Leal, 2009).

Em 2010, em Caxias do Sul, Rozinaldo Antonio Miani apresentou o trabalho “Comunicação Comunitária: Uma disciplina de formação sociopolítica e de intervenção social”. Com as palavras-chave Comunicação Comunitária, Universidade Estadual de Londrina, Formação Sociopolítica, Compromisso Social e Intervenção Social, o artigo faz uma reflexão sobre a disciplina Comunicação Comunitária, no curso de graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. Miani (2010, p. 10) considera que as experiências empírico-práticas, desenvolvidas no contexto da disciplina de Comunicação Comunitária, se constituem como um importante momento no processo de formação dos estudantes.

“O processo acadêmico no surgimento de uma pesquisa em Comunicação Comunitária”, de Otavio José Klein, foi apresentado em 2011, no Recife. Com as palavras-chave Comunicação Comunitária, Ensino, Pesquisa, Extensão e Fórum de Comunicação Comunitária, trata de processos acadêmicos na Faculdade de Artes e Comunicação (FAC) da Universidade de Passo Fundo (UPF) no Rio Grande do Sul, da disciplina Comunicação Comunitária presente no curso de Comunicação Social, com habilitações em Radialismo, Publicidade e Propaganda e Jornalismo (Klein, 2011).

Em 2012, em Fortaleza, Rozinaldo Antonio Miani mostrou “Preliminares da avaliação de uma década de formação e pesquisa: a experiência do Curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária”. Com as palavras-chave Especialização em Comunicação Popular e Comunitária, Pós-Graduação *Lato Sensu*, Universidade Estadual Londrina, Comunicação Popular e Comunitária, o artigo relata os dez anos do Curso de Especialização inédito, realizado na UEL, no qual 99 estudantes produziram e defenderam sua monografia e, com isso, concluíram o curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária (Miani, 2012).

Considerações Finais

O presente artigo traz resultados iniciais da primeira etapa da pesquisa “Comunicação Comunitária, Formação de Jornalistas e Cidadania”. Por esses, percebemos que a Comunicação Comunitária e o ensino desta como disciplina na graduação em Comunicação – Jornalismo ou outra habilitação – ainda são temas pouco presentes na Revista Brasileira de Ciências Comunicação. O ensino – de Comunicação Social e de Rádio – aparece como tema em dois artigos, ao longo de quatro anos de publicação, em um total

de oito edições do periódico acadêmico. Dos dois artigos, apenas um ressalta o comunitário e sua importância (no ensino de rádio).

Já nos encontros nacionais do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, a preocupação com o ensino esteve anualmente presente – quatro artigos em quatro anos, fazendo-se portanto uma constante, seja para pensar a graduação ou a pós-graduação. Avaliamos essa constância como positiva, embora consideremos que tal debate deva ser ampliado, em especial neste momento de discussão nacional das diretrizes curriculares e do marco regulatório da comunicação, no Brasil. Esperamos que o presente artigo possa servir de incentivo e a pesquisa, que aqui se apresenta, possa servir de subsídio para o crescimento desse necessário debate.

Referências

BAPTISTA, Rúbia. Comissão de Jornalismo faz primeira audiência para revisar currículos. In: **Educação – Portal do MEC** - Rio de Janeiro, 20 de março de 2009 – portal.mec.gov.br – acesso em 22 de setembro de 2012.

BARBALHO, Alexandre. Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. In: PAIVA, Raquel e BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005, p. 27-40.

BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa e LEÃO, Inara Barbosa. Análise das matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Brasil: um retrato da realidade nacional. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. SÃO PAULO: Intercom, v. 35, n.1, janeiro/junho 2012, p. 253-274.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOMFIM, Filomena Maria Avelina; LEAL, Káthia Maria. Mediações Sociotécnicas: Propostas de Incentivo à Pesquisa Acadêmica em Prol da Cidadania. In: **XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Curitiba: Intercom, Congresso Nacional da intercom, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2001 (atualizada até a Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000).

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2002.

FARO, J.S. Ensino de jornalismo em época de mudança. In: **Jornalismo & Cultura**. São Paulo: Minuano, n. 1, setembro de 2012, p. 53-59.

FERRARETTO, Luiz Artur. Ensino de rádio: uma proposta pedagógica no contexto da multiplicidade da oferta. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, v. 32, n. 2, jul.-dez. 2009, p. 129-146.

KLEIN, Otavio José. O processo Acadêmico no Surgimento de uma Pesquisa em Comunicação Comunitária. In: **XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Recife: Intercom, Congresso Nacional da Intercom, 2011.

LAHNI, Cláudia. A experiência de Jornal Laboratório em Rádio na PUC-Campinas: produções periódicas e diferenciadas. **Revista de Estudos de Jornalismo**. Campinas: PUC-CAMPINAS, v. 3, n1, janeiro/junho 2000, p. 78-92.

LAURINDO, Roseméri; MAFRA, Ticiane Elisa. Temáticas predominantes na *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, v. 35, n. 2, jul.-dez. 2012, p. 397-410.

LUZ, Andréa Aparecida. Para que servem os cursos de Jornalismo? In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, v.33, n.2, jul./dez. 2010, p. 259-262.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 3 ed., 1995.

MARQUES DE MELO, José, MOREIRA, Sonia Virgínia et al. **Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo**. Brasília: MEC, 2009 - <http://www.oxisdaquestao.com.br/admin/arquivos/artigos/Novas-diretrizes-para-os-cursos-de-Jornalismo-proposta18336.pdf> - acesso em 22 de setembro de 2012.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Comunicação comunitária: uma disciplina de formação sociopolítica e de intervenção social. In: **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Caxias do Sul: Intercom, Congresso Nacional da Intercom, 2010.

_____. Preliminares da avaliação de uma década de formação e pesquisa: a experiência do Curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária. In: **XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Fortaleza: Intercom, Congresso Nacional da Intercom, 2012.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Espaços da Comunicação: a atualidade da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, v.33, n.2, jul./dez. 2010, p. 17-32.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). **Comunicação pública**. Campinas: Alínea, 2004, p. 49-79.

RAMOS, Murilo Cesar. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. . In: MARQUES DE MELO, José e SATHLER, Luciano (orgs.). **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2005, p. 245-254.

TÓFOLI, Luciene. **Ética no jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/index> - acesso em 8, 9, 10, 11 e 12 de julho de 2013.

<http://www.fnpi.org.br/noticias/pagina1/fnpi> - acesso em 22, 23 e 24 de setembro de 2012.

<http://www.jsfaro.net/p/ensino-de-comunicacao.html> - acesso em 11 de julho de 2013.

www.paraexpressaraliberdade.org.br – acesso em 08 de junho de 2013.